



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 5.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 28 DE ABRIL DE 2016

Presidente: Exmo. Sr. Arlindo Barbosa

Secretário: Exmo. Sr. Mohamed da Glória

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 10 horas e 45 minutos.

A 5.ª Comissão Especializada Permanente (Comissão de Educação, Ciências, Cultura, Saúde, Emprego, Assuntos Sociais, Juventude e Desporto) auscultou os representantes da FONG e ACASTEP, no quadro da organização do parlamento infanto-juvenil. Usaram da palavra, a diverso título, além das Sras. Célia Pires (Representante da ACASTEP), Cristina

Paço d'Arcos (Representante da FONG), Sandra Xavier (Representante da AISEC), Dulce Gomes (Presidente da Fundação Novo Futuro) e o Sr. Alexandre Cardoso (Técnico da Comunicação da FONG-STP), os Srs. Deputados Ana Rita (MLSTP/PSD), Egrinaldo de Ceita (ADI), Bilaine de Ceita (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 11 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Ângela dos Santos da **Costa Pinheiro**

Bilaine Viegas de **Ceita**

Egrinaldo de **Ceita**

Joaquim **Salvado Afonso**

Ossáquio Perpetua **Riôa**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Arlindo Barbosa Semedo

Ana Isabel Meira Rita

Mohamed Guadalupe Ramos **da Glória**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson Fernandes **Cotú**

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, uma vez mais bom dia. Sras. e Srs. Representantes da FONG e da CASTEP, sejam bem-vindos à Casa Parlamentar e muito bom dia.

Estão na presença da 5.^a Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, Comissão que tem o pelouro das questões sociais, nomeadamente: saúde, educação, habitação, desporto, por aí fora.

Esta Comissão é composta por nove membros que representam partidos com acento parlamentar, nomeadamente: ADI, MLSTP/PSD e PCD.

Eu sou o Presidente desta Comissão, Arlindo Barbosa, do meu lado direito está a Sra. Vice-Presidente da Comissão, a Deputada Ana Rita, ao meu lado esquerdo o Secretário da Comissão, o Deputado Mohamed da Glória, ambos em representação do Partido MLSTP/PSD, o Sr. Deputado Danilson Cotú é representante do Partido PCD, deputado da Comissão, e os restantes quatro membros estão em representação do Grupo Parlamentar do ADI, nomeadamente, a Sra. Deputada Bilaine de Ceita, os Srs. Deputados Joaquim Afonso, Egrinaldo de Ceita e, por último, Ossáquio Riôa, todos do Grupo Parlamentar do ADI. É esta a composição desta Comissão, esta em falta uma Deputada, que esteve esta manhã mais pediu para sair, por questões pessoais.

Estamos num rol de audições parlamentares e esse figurino está baseado nos artigos do Regimento, nomeadamente 121.^o e 123.^o, e com um objectivo. Esta manhã já ouvimos o Governo, na pessoa do representante do Ministro da Educação, e logo a seguir tivemos a UNICEF, que acabou há pouco, e este encontro é o último, com essas duas organizações. Estamos com um atraso de quase 1 hora, porque o Governo nos atrasou nas audições, o que levou a que os outros encontros também pegassem em termos de horário.

A Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe pretende criar um parlamento jovem. Hoje, com a evolução, estamos a chamar de parlamento infanto-juvenil, com o objecto central de incentivar as crianças na vida cívica e política. Para essas audições também enviámos alguns documentos, para permitir análises e sugestões dessas organizações, já que esse parlamento tem o objectivo de atender as crianças a nível nacional.

Está-se a prever, no projecto, crianças do 2.^o e 3.^o ciclos do ensino básico e do ensino secundário. O projecto também contempla crianças e jovens desfavorecidos que não estão no sistema do ensino escolar e crianças portadoras de deficiência.

Eis a razão por que lançamos um processo de audição, para ouvir as partes envolvidas, para a implementação desse projecto.

Em relação aos números que estão cá anunciados, poderão sofrer alterações, sobretudo depois das audições desta manhã.

Há algumas questões de fundo para suscitar análise da vossa parte, é a questão da legislação. Hoje com as leis comparadas é preciso institucionalizarmos o parlamento infanto-juvenil, através de uma norma jurídica. A proposta que nos foi feita, através da UNICEF, que é o parceiro que está a apoiar a Assembleia neste sentido, deu-nos uma data indicativa que seria o dia 16 de Junho, para termos um acto inaugural. Já chegámos ao consenso, sobretudo com a UNICEF, e no próprio debate com a Comissão, de que não seria possível institucionalizar o parlamento infanto-juvenil nesse tempo, porque teremos apenas 1 mês. Isso tem

várias fases, sendo o primeiro a legislação, depois outros como o critério de selecção, a questão de faixa etária e por aí fora. Há várias questões de fundo que nos levam a não materializar isso em 16 de Junho. Então, estamos a evoluir, tendo em conta que 16 de Junho será uma data importante para as crianças, no sentido de fazer um acto formal, não institucionalização do parlamento infanto-juvenil, para dar início ao processo de parlamento infanto-juvenil.

É por causa do *timing* que fazemos essa proposta, trazer as crianças na base de critérios que vamos definir, também ouvir essas organizações e, nessa primeira fase, falar um pouco do parlamento. A UNICEF tem um draft de como é que são as crianças ao nível de São Tomé e Príncipe e depois evoluiremos futuramente.

Como sabem, a legislatura tem 4 anos, já estamos quase a 2 anos, poderemos implementá-lo até o fim do mandato.

Nessas audições, há questões que estamos a colocar para suscitar debate. Em relação ao número de crianças, na altura tinham proposto 35, mas agora já evoluímos para 55, segundo a proposta que tivemos.

Quanto ao perfil das crianças, gostaríamos também que se pronunciassem.

Outra questão é o critério de selecção desses alunos ou dessas crianças, porque todas as crianças beneficiadas do projecto não estão no sistema do ensino escolar.

Outra questão que também foi colocada e que a Comissão recebeu de bom agrado é a questão de género. A Comissão evoluiu não no sentido de 30%, mas *fifty-fifty*, 50% para atender a essa preocupação.

Em algumas matérias, com o Governo e a UNICEF, já estamos de acordo como, por exemplo, o número de crianças.

Há uma polémica que é a questão de critérios de selecção e uma outra questão de fundo é a institucionalização do parlamento infanto-juvenil, que não será via eleição. Há duas questões, eleição das crianças ou selecção, mas estamos a inclinar para selecção, porque se vamos partir para a eleição pode não cumprir os requisitos daquilo que é o perfil das crianças que queremos que representem este parlamento infanto-juvenil.

São essas preocupações de fundo que foram colocadas nas outras audições que tivemos esta manhã. Por isso é que gostaríamos de ouvir tanto a FONG, que representa as associações, e a ACASTEP, que estão cá presentes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Antes de mais, agradecemos que se apresentem.

O Sr. **Presidente**: — Apresentar para fazermos o registo.

Não sei se aquando da convocação receberam algum suporte documental para essa audição.

Uma voz: Recebemos sim.

O Sr. **Presidente**: — Pronto, então é na base disso, mas é uma proposta.

Esta manhã, nas duas audições, em algumas questões já tivemos consenso, o número de crianças e a questão do género. O que esta ainda é a questão do perfil, mas mesmo assim gostaríamos de ouvir a opinião das associações que estão cá representadas.

Em termos de metodologia, depois dessa abordagem inicial, vamos ouvir as representantes e os Srs. Deputados, no decorrer da audição, vão colocando questões concretas, para sermos práticos.

Gostaria também de informar que estamos a gravar essas audições, para permitir que a Assembleia tenha o registo. Nesse caso, poderíamos começar pela senhora que já esta interessada e assim sucessivamente. Agradeço que se apresente, por favor.

A Sra. **Célia Pires** (Representante da ACASTEP): — Bom dia. Chamo-me Célia Pires e venho em representação da ACASTEP.

A Sra. **Cristina Paço d’Arcos** (Representante da FONG): — Muito bom dia, muito obrigada por este convite feito à sociedade civil.

Chamo-me Cristina Paço d’Arcos, faço parte da Fundação da Criança e da Juventude, mas hoje estou na qualidade de Vice-Presidente da FONG, e venho a coordenar este grupo de trabalho.

A Sra. **Sandra Xavier** (Representante da AISEC): — Bom dia Sras. e Srs. Deputados. Sou Sandra Xavier, responsável da AISEC, umas das ONG que faz parte da FONG.

A Sra. **Dulce Gomes** (Presidente da Fundação Novo Futuro): — Srs. Deputados, sou Dulce Gomes, Presidente da Fundação Novo Futuro de São Tomé. Como membro da FONG, foi convidada a participar nesta secção de trabalho.

O Sr. **Alexandre Cardoso** (Técnico da Comunicação da FONG-STP): — Sras. e Srs. Deputados, sou Alexandre Cardoso, Técnico de Comunicação da FONG.

O Sr. **Presidente**: — Não vamos dar prioridade em termos das ONG que estão representadas. Quem quiser intervir, é só pedir a palavra e usar o microfone, para avançamos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Cristina Paço d’Arcos.

A Sra. **Cristina Paço d’Arcos** (Representante da FONG): — Na FONG, no início deste mês, publicámos este livro, que é publicação mais actual que temos em São Tomé dos direitos das crianças. Trouxemos e peço ao Alexandre, se não se importar, para entregar um a cada pessoa, porque acho que é um documento muito válido, não só para esta reunião de trabalho, que é a nossa primeira, mas também futuramente. É a publicação que tem os dados possíveis mais actualizados sobre as crianças e os adolescentes em São Tomé e Príncipe.

Esses assuntos que nos propõem que tratemos vêm contemplados também nesta publicação. Acho que é um bom instrumento de trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sra. Célia Pires.

A Sra. **Célia Pires** (Representante da ACASTEP): — Gostaria de falar sobre o perfil do aluno. Ao nível de crianças com deficiência visual, é muito difícil encontrar. Primeiro, porque não estudam. Então fica difícil encontrar uma criança que saiba escrever e falar bem o português, muitas das crianças com deficiência visual estão fora do ensino. Então, fica difícil encontrar uma criança. E também, como não estudam, credito que muitas delas também não conhecem os seus direitos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Cristina Paço d’Arcos.

A Sra. **Cristina Paço d’Arcos** (Representante da FONG): — Relativamente ao perfil dos alunos, dando continuidade à questão da colega, acho que vamos ter algumas dificuldades relativamente aos jovens desfavorecidos, que não frequentam o ensino escolar normal, porque à partida são crianças que deveriam estar institucionalizadas, mas por diversos motivos que os levam a essa situação, não terão também fluência no português, escrito ou oral, e possivelmente também não estarão a par dos direitos das crianças. Penso que se pode ultrapassar parte desta situação, em concertação com os responsáveis dessa organização, se decidir que as suas crianças possam estar aqui em representação nesse grupo e que possam realmente estudar os direitos das crianças e mais um ou outro tema, mas dificilmente o português poderão ultrapassar.

Depois, em relação ao perfil dos alunos, tirando isso, acho que se perde realmente as coisas que são importantes para estar num grupo destes.

Em relação a selecção, não vejo que deva ser só o Ministério da Educação a seleccionar, pois já temos aqui duas situações que acabamos de falar. Portanto, temos a associação, temos a questão das crianças que estão institucionalizadas, penso que deverá ser uma tarefa da FONG, juntamente com as organizações, que poderiam nomear essas crianças e depois claro reportar ao Ministério da Educação. Isso penso que tem que ser um trabalho concertado, não só da parte do Ministério.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Sandra Xavier.

A Sra. **Sandra Xavier** (Representante da AISEC): — A nível de faixa etária, tem aqui dos 10 aos 18 anos de idade. Eu sugeria que fosse de 8 aos 17 anos de idade.

Depois é dito aqui que vão atingir as sete áreas geográficas, não é? E depois colocam aqui, nos pontos 8 e 9, no caso das ONG que trabalham com as crianças desfavorecidas e as ONG que trabalham com as crianças portadoras de deficiências. Nesse caso, vão englobar que distrito, se já são sete? Dizem aqui que de Água Grande virão sete alunos. Se estas instituições se encontrarem no Distrito de Água Grande ou de Lembá, ultrapassa o número estipulado aqui. Se calhar como aqui dizia, melhor não discriminar os distritos, envolverem as também instituições como fazendo parte dos distritos. Está no ponto oito e nove da tabela de distribuição dos alunos por áreas geográficas. Já agora, tenho que voltar aos pontos 8 e 9. Já que ainda não foi discriminado, quais são as instituições e se vêm de Água Grande, Cantagalo ou Lembá, é preciso definir isto, para poder englobar melhor o número de crianças virão de cada distrito.

O Sr. **Presidente**: — Ok. Como estamos a registar, para não suscitar outras dúvidas, porque há questões que estão a ser levantadas, mas já estão ultrapassadas. Explico: primeiro, essa é uma proposta, vimos que essa proposta será alterada em termos de números, porque essa proposta está cá. Se somarmos, dá 35, mas já estamos de acordo que o número vai crescer para 55. Necessariamente, ao nível dos distritos e as ONG, também aumentará o número. Agora, a responsabilidade, por exemplo, da ONG

com crianças desfavorecidas para selecção, caberá a essa ONG fazer a selecção se entender vai buscar uma em cada distrito, dependerá da ONG. A mesma coisa para crianças portadoras de deficiências. Por exemplo, se tiver uma cota de quatro ou de três, como está cá, por isso é um trabalho concertado, mesmo a questão de perfil já vimos esta manhã que para as ONG não será possível, então em coordenação que será uma segunda fase veremos com as ONG como será. Mas a responsabilidade da selecção serão das ONG.

No que toca as escolas são as crianças que estão no sistema do ensino, Então, damos essa responsabilidade ao Ministério da Educação.

No que toca a FONG-STP será a FONG-STP. As crianças portadoras de deficiência, será a ACASTEP que fará a sua selecção. Agora, o critério que vão utilizar para a selecção delas, se vêm por distritos, já não dependerá da 5.ª Comissão ou da Assembleia Nacional no seu todo.

Isso é para ajudar outras intervenções futuras.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Dulce Gomes

A Sra. **Dulce Gomes** (Representante da Fundação Novo Futuro):— Muito obrigada Sr. Presidente.

Concordo com o mais correcto, aquilo que já foi dito, mas gostaria de frisar o aspecto das crianças desfavorecidas. Penso que elas não deverão ser excluídas, deverão ser incluídas, apesar da dificuldade com o português, com a escolaridade e com a visão. Penso que pode haver um trabalho prévio com elas, de forma a permitir que participem connosco. Temos exemplo de outros países, como o caso da Guiné-Bissau, que têm um parlamento infantil, eles chamam de parlamento infantil, muito forte, que trabalha muito bem. Penso que é uma boa experiência. Há crianças e jovens que pertencem a esse parlamento que não falam o português, entretanto conseguem transmitir a sua ideia, vão às Nações Unidas e aos fóruns Internacionais, defendem o seu país e as crianças que representam. Acho que é uma questão de preparação, de trabalho e de informação. Apesar de não conseguirem ver, conseguem falar. Portanto, o importante para o parlamento Infantil ou Infanto-juvenil é dar voz às crianças e aos jovens, para poderem discutir e debater os problemas que sentem, os problemas que têm e os problemas da sociedade. Não precisam escrever muito, não precisam falar muito bem, têm que expressar da forma que sabem fazer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Alexandre Cardoso.

O Sr. **Alexandre Cardoso** (Técnico da FONG-STP): — Tenho também uma preocupação que tem a ver também com o perfil dos alunos. Há uma coisa aqui que para mim é fundamental que levem em consideração, que é a igualdade de oportunidades. Sabemos que um estudante em Santa Catarina terá menos condições, se calhar menos conhecimentos e nem saberá falar a língua portuguesa, como um estudante da escola da cidade. Podemos correr o risco de ter estudantes das escolas de Guadalupe, Trindade, Santana, da Capital e de S. António, no parlamento. Acho que se devia levar em conta está questão.

A outra questão tem a ver com a selecção ou eleição. Acho que selecção desvirtua um bocado aquilo que é a participação democrática. Para mim desvirtua, porque se o que se quer é que eles participem activamente e conheçam a lógica do funcionamento do parlamento e do Estado, não deviam levar em consideração a selecção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Dulce Gomes.

A Sra. **Dulce Gomes** (Representante de Fundação Novo Futuro): — A minha opinião é que nessa primeira fase, em que se está a começar, devia-se fazer por selecção. Mais tarde, quando tivermos já os jovens preparados, coesos e fortes para poderem conhecer melhor como funciona o parlamento, aí sim, podia-se passar para a eleição.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Cristina Paços d'Arcos.

A Sra. **Cristina Paços d'Arcos** (Representante de FONG-STP): — Ou talvez arranjar aqui algo misto, fizesse uma selecção dos jovens que obedecessem a estes critérios, portanto ao perfil, e depois dentro desse grupo talvez pudesse haver uma eleição, o que pode tornar o processo mais democrático, se for viável. Se não for viável e não houver tempo, acho que nessa primeira fase deveríamos fazer uma selecção.

O Sr. **Presidente**: — Como sabem, para eleição temos que definir vários critérios, a sensibilização, temos que ir às escolas, saber quem são os candidatos, enfim. Então, talvez numa segunda fase partiremos para questão de eleição.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Sinto-me ultrapassada pela sua intervenção, porque a ideia dessa primeira fase, tendo em conta o tempo, é seleccionar, fazer um acto inaugural e depois trabalhar no

processo de eleição democraticamente, como disse. É que não vamos a tempo, para 16 de Junho, porque o processo é um bocado complexo.

O Sr. **Presidente**: — Queria pedir às representadas, através dos números que estão cá, para poderem trabalhar já nessa selecção. Ao longo da próxima semana vamos actualizar essa distribuição e se aumentar ou diminuir tomarão conhecimento, mas comecem desde já a trabalharem porque vamos pedir que enviem os nomes, vamos ver todos esses processos o mais rápido possível, talvez deslocar mesmo a todas essas organizações, para receber as contribuições, para que antes do dia 16 tenhamos todas as questões definidas e as organizações tomarão conhecimento das alterações que serão feitas em relação a esse *draft* inicial.

Não sei se os Srs. Deputados querem colocar mais alguma questão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Egrinaldo Ceita.

O Sr. **Egrinaldo de Ceta** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

É sobre a questão que se levantou sobre os critérios de selecção dos nossos meninos. Não estou a ver quem levantou a questão, mas de toda maneira surgiu-me uma curiosidade. Quando mencionava que as crianças poderão ter dificuldades no domínio da língua, tanto escrita como falada, é verdade. Que não me interpretem mal, mas para haver algum tipo de actividade é preciso começar de alguma parte e esse é o nosso início. Por isso mesmo que a FONG-STP e a ACASTEP foram chamadas para este palco, de maneira que colocassem a situação em função daquilo que fosse mais viável para se resolver esse problema. Para não entenderem que as crianças que virão da FONG-STP ou da ACASTEP têm que ser as que dominam a língua. Tem que ser uma criança que venha representar a vossa instituição. Quanto a isso e a título de informação, uma vez que estamos a trabalhar com todos os outros sectores, quando falamos de sectores, falamos das vossas instituições, do Ministério da Educação, da UNICEF também, é verdade que esse critério da vossa parte vai ser suprido, mas por uma questão de curiosidade gostaríamos de saber como iriam ultrapassar essa fase de selecção, excluindo esse item que é de falar e escrever correctamente a língua portuguesa. Só por curiosidade, gostaríamos que nos brindasse com algum exemplo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Dulce Gomes.

A Sra. **Dulce Gomes** (Representante da Fundação Novo Futuro): — Através da comunicação, porque há crianças que não sabem ler, não sabem o português, mas que se comunicam muito bem. São crianças activas, motivadas, interessadas e que podem transmitir aquilo que querem, apesar de não falarem bem o português. Podem falar em crioulo ou numa outra língua que faz parte da sua comunicação. Eu dou um exemplo. Tenho na minha instituição crianças que falam bem, algumas que falam mal o português. Digo-lhes para falarem na língua que quiserem. Não há problema nenhum. O importante é nos comunicarmos. Depois disso, as correcções serão feitas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Egrinaldo Ceita, para uma intervenção.

O Sr. **Egrinaldo de Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, é no jeito de descoberta um bocadinho, se segue o nosso Parlamento, vê que toda a gente não tem toda a fluidez para se expressar. É mais ou menos isso, mas como tinha-se que começar por alguma parte é por isso que vem essa exigência. Não é necessariamente obrigatório. Pode ser até ao nível gestual. Se houvesse alguém aqui que pudesse orientar desse modo, estamos abertos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Cristina Paço d'Arcos, para uma intervenção.

A Sra. **Cristina Paço d'Arcos** (Representante da FONG): — Poderíamos deixar na mesma a língua portuguesa ou que tenha uma boa comunicação, como a Dra. Dulce disse. Que domine bem a escrita ou através da comunicação, portanto, ficamos aqui com as duas alternativas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita, para uma intervenção.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Relativamente a esta questão, eu só queria salientar o seguinte: a questão da comunicação sim, há meninos que apesar de não saberem ler e escrever o português, mas têm uma boa comunicação, gostaria que houvesse um trabalho prévio por parte das organizações, porque estando eles junto de outros meninos que, se calhar, falam melhor o português, podem sentir-se inibidos. Daí que era bom que se fizesse um trabalho com eles, que apesar de estarem junto com outros meninos que, se calhar, estão em melhores condições, poderão também expressar e falar à-vontade. É este o objectivo.

Outra questão que eu gostaria que fosse salvaguardada é, de qualquer forma, que o nosso Parlamento não está preparado para portadores de alguma eficiência. Como viram, nós temos aqui uma grande escadaria, mas é uma questão que tem que ser acutelada e teremos que encontrar solução, caso seja seleccionada alguma criança que tenha alguma dificuldade em termos de mobilidade. Outra questão que eu também gostaria de saber tem a ver com os temas e se têm alguma sugestão de temas para serem discutidos nesse dia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Cristina Paço d’Arcos, para uma intervenção.

A Sra. **Cristina Paço d’Arcos** (FONG): — Bem, aqui foi apresentada uma proposta de três temas, a meu ver, acho que devemos falar no tema no tema da violência no género, porque é importante, neste momento, falar-se, aliás, este tema é muito transversal a estes três pontos: Gravidez na Adolescência, Delinquência Juvenil e Insucesso Escolar.

Neste momento existem dois projectos, que já começaram a ser implementados no terreno, um começou em Maio do ano passado, e chama-se «Mais voz, violência zero». Ele é coordenado por uma instituição, o ADM, tem as mulheres juristas como parceiras, o Ministério da Justiça, o Instituto de Género, o Centro de Observação, a Fundação da Criança e da Juventude. Este grupo todo trabalha muito nesta questão da violência do género e trabalha-se muito nas escolas, e deparamos, como disse, isso não tem muito tempo, faz agora um ano em Maio.

Relativamente à questão da gravidez na adolescência, notam-se muitos casos que passam também pela violência no namoro e um novo tipo de abordagem ou da perspectiva do que é o namoro. Feliz ou infelizmente, a *Internet* já está presente em todo o País, principalmente nos grandes distritos, os miúdos jovens e os adolescentes já têm acesso a ela, de uma forma é positiva, doutra forma é negativa, porque é a maneira que eles têm também acesso a imensas coisas que se passam no mundo inteiro, que não têm nada a ver com a realidade do nosso país e que eles acham que são coisas que devem seguir e começam já a interiorizar determinados conceitos e práticas que no Brasil fazem todo o sentido ou nos Estados Unidos ou para aquele tipo de juventude e aqui em São Tomé ainda não, e depois cada vez mais jovens.

Por isso, quando tiverem tempo de ver este livrinho, no ponto 3, 4 na página 91 em que se fala de gravidez precoce, na alínea f) temos aqui algo que é alarmante; diz aqui que em 2008 só no distrito de Água Grande detectou-se 638 casos de gravidez precoce; em 2013 registaram-se 1023 casos, o que advém um aumento aproximadamente de 115%. Isto é alarmante porque há muitos anos que se começou a trabalhar nestas questões, portanto, em vez de haver uma diminuição, houve um aumento de 115%, em 5 anos. É muito!

E se nós fizermos agora um novo estudo, porque esse era o mais actual que se tinha, era em 2013 e já estamos em 2016, este número vai aumentar. Acreditem que vamos ter muito mais do que 115%. Isto é o resultado do trabalho das organizações que trabalham no terreno, porque cada vez as miúdas ficam grávidas mais cedo, cada vez a violência aumenta mais no namoro, e lá está, eram práticas que não eram tão usuais há meia dúzia de anos atrás, não vamos falar a 20 anos, mas vamos falar há 5 ou 6 anos atrás, e agora começam mais cedo, porque os miúdos têm acesso, realmente a outros tipos de informações que não são as mais adequadas para nós, começa a haver uma grande disputa nas questões afectivas, as miúdas são muitas vezes violentadas pelos próprios namorados, que são, por vezes, um pouco mais velhos do que elas; elas têm 12, 13, 14 anos, já se tem bastantes casos de gravidez mesmo, mesmo precoce, e há realmente agressões mesmo dentro das próprias escolas. Os professores já começam a ficar muito preocupados, porque há agressões. E isso tudo leva também a um aumento da gravidez na adolescência, porque elas não querem ter relações sexuais tão cedo, muitas delas, e o namorado diz: — «Ou tens relações comigo ou eu troco-te por outra». E as coisas acontecem. Começa a haver muitos destes casos.

Daí que falar deste tema, «Violência do género», acho que é extremamente importante, como eu disse, vai ser transversal a todas estas questões que aqui temos: ao insucesso escolar, a delinquência juvenil, acho que é um tema forte, que deve ser trabalhado.

Este projecto que está a ser implementado, acho que se for necessário será alguma mais-valia para aqui. Existe um outro novo que a FONG começou no mês passado, também sobre este tema «Violência do género», que é feito com a plataforma dos Direitos Humanos, com a Associação das Mulheres Juristas, com o Ministério, a FONG, que é o coordenador, e a ASEP, que é uma organização portuguesa.

Portanto, acho que podemos apoiar nestes dois projectos, nestas organizações que estão no terreno, acho que se pode desenvolver o trabalho, mas acho que é um tema pertinente a ser tratado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Sandra Xavier, para uma intervenção.

A Sra. **Sandra Xavier** (AISEC): — Sr. Presidente, tenho aqui também dois temas que eu acho importante englobarmos no projecto como a violência infantil, já que estamos a tratar do departamento infantil, com as crianças, é bom que falemos também sobre a violência infantil.

Outro dos temas que eu também achei pertinente falarmos é o conceito de trabalho infantil. As crianças vão debater coisas que envolvem elas próprias, é bom saber o que é e o que não é considerado um trabalho infantil.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — *Não foi possível transcrever parte desta intervenção porque a Deputada não fez o uso do microfone.*

O Sr. **Presidente** — Já perto do fim, agradeço, uma vez mais essas contribuições bastante valiosas, sobretudo os temas do perfil, era mesmo o nosso objectivo, a razão que nos levou a chamá-los e nesse projecto o que queremos é mais envolvimento possível e que as contribuições não parem por aqui. A 5.^a Comissão está aberta, a Assembleia está aberta, cada vez que formos dar o passo até lá, se tiverem mais alguma contribuição para chegar até nós, continuaremos a estar abertos.

Uma vez mais, agradecemos à ACASTEP, FONG, à AISEC e ao Novo Futuro e ao técnico da Federação da FONG.

A 5.^a Comissão continua aberta, se houver mais auscultações, mais troca de ideias, mais contribuições façam-nos saber e esperamos também, mesmo que a 5.^a Comissão ou a Assembleia não os contactar, se entenderem que há uma questão importante façam chegar até nós, estamos abertos 24 sobre 24 horas, com excepção dos fins-de-semana. Tenham um bom almoço e regressem mais vezes a esta Casa Parlamentar.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 11 horas e 25 minutos.